

# Bom e Severo querem pagar mais

**Brasília** — Um deputado federal — como mostra o contracheque de novembro do líder do PT na Câmara, Djalma Bom (SP) — ganha Cr\$ 2 milhões 700 mil mensais. Isto é, pouco mais do que quatro salários mínimos.

Mas este é apenas o salário fixo — a única parcela dos ganhos dos parlamentares que o Imposto de Renda leva em conta. O resto — diárias pagas pelo comparecimento do deputado federal ou do senador às sessões do Congresso; ajuda de custo para que os parlamentares possam viajar de Brasília para seus Estados e vice-versa, ou ainda se locomover dentro de seus Estados; e mais a ajuda de custo para moradia — está isento de Imposto de Renda. É considerado salário variável.

Somando o salário fixo ao salário variável, um deputado federal chega a ganhar, segundo Djalma Bom, Cr\$ 22 milhões mensais. Mas paga de Imposto de Renda pouquíssimo. São 548 os parlamentares que gozam desta prerrogativa.

“Nós não temos a autoridade moral para aprovar um pacote fiscal que aumenta o Imposto de Renda — mesmo que só aumente o imposto dos mais ricos — se gozamos de prerrogativas, afirmou ontem indignado o senador Severo Gomes (PMDB-SP), depois de comunicar que apresentaria uma emenda ao pacote do governo, que muda a situação.

A emenda é a mesma apresentada pelo deputado Djalma Bom ao pacote, quando ele foi votado pela Câmara na madrugada de ontem. A emenda do líder do PT foi rejeitada pelo relator do pacote, deputado Raymundo Asfora (PMDB-PB), num parecer vago, no qual ele diz que rejeitou todas as emendas que lhe pareceram — “prejudicadas, inadequadas ou improcedentes.”

Tanto Djalma Bom, quanto Severo Gomes com as suas emendas querem acabar também com as prerrogativas dos militares e dos magistrados. O salários dos militares é composto por 18 itens, dos quais dez são considerados indenização e, portanto, estão imunes a qualquer tributação. Já os magistrados ganham um salário básico, que é tributado, mas que é irrisório quando comparado aos adicionais pagos à guisa de “representação” e que chegam a atingir até 140% do salário.

“É difícil aprovar no Congresso uma emenda que acabe com as prerrogativas dos parlamentares”, afirmou ontem o senador Virgílio Távor. “Ninguém vota contra si. Por isso apresentarei uma emenda que estende as prerrogativas dos parlamentares, juizes e militares para todos os funcionários públicos.”